OLHARES MILENARES
O ESTADO DA ARTE EM PORTUGAL







N A C I O N A L

ORGANIZAÇÃO

Museu Nacional de Arqueologia, Direção-Geral do Património Cultural (MNA/DGPC)

Diputación Provincial de Alicante. Área de Cultura Fundación C.V. MARQ

MARO Museo Arqueológico Provincial de Alicante Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid (MAR)

MECENAS

Ferrovial Serviços, S. A. Fundação Millennium BCP El Corte Inglés Pastéis de Belém Vila Galé — Hotéis Vila Galé

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA, DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (MNA/DGPC)

DIRETOR-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL Bernardo Alabaça

DIRETOR DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA António Carvalho

FUNDACIÓN C.V. MARQ — MUSEO ARQUEOLÓGICO PROVINCIAL DE ALICANTE

DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDACIÓN C.V.

Josep Albert Cortés i Garrido

DIRETOR DO MARQ - MUSEO ARQUEOLÓGICO DE ALICANTE Manuel H. Olcina Domènech

DIRETOR DE EXPOSIÇÕES DA FUNDACIÓN C.V. MARQ Jorge A. Soler Díaz

CHEFE DA UNIDADE DE COLEÇÕES E ESCAVAÇÕES DO MARQ — MUSEO ARQUEOLÓGICO DE ALICANTE Rafael Azuar Ruiz

ARQUITETO COLABORADOR DA FUNDACIÓN C.V. MARO Rafael Pérez Jiménez

SECRETÁRIO DA FUNDACIÓN C.V. MARQ

Francisco Ibanco Llorca

DEPARTAMENTOS TÉCNICOS

Unidade de Exposições e Divulgação Unidade de Coleções e Escavações Unidade Administrativa e Económica Unidade de Didática, Acessibilidade e Responsabilidade Social

MUSEO ARQUEOLÓGICO REGIONAL DE LA COMUNIDAD DE MADRID (MAR)

DIRETOR

Enrique Baquedano

CHEFE DO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

Elena Carrión Santafé

CHEFE DO SERVIÇO DE EXPOSIÇÕES María Carrillo Tundidor

CHEFE DO SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Luis Palop Fernández

CHEFE DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO José María Pérez Mármol

EXPOSIÇÃO — PRODUÇÃO

COMISSÁRIOS CIENTÍFICOS

Primitiva Bueno Ramírez Jorge A. Soler Díaz

PROJETO EXPOSITIVO

Rocamora Diseño y Arquitectura

DESENHO GRÁFICO

Luis Sanz

COORDENAÇÃO TÉCNICA FUNDACIÓN C.V. MARQ — MUSEO ARQUEOLÓGICO DE ALICANTE

Maria Teresa Ximénez de Embún Sánchez

COORDENAÇÃO TÉCNICA MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA Patrícia Batista

Raquel Lázaro

TRANSPORTE DE BENS CULTURAIS Feirexpo, S. A.

SEGURADORA

Lusitania Seguros, S. A. — Mecenas Institucional da Direção-Geral do Património Cultural

ASSISTÊNCIA NA MONTAGEM ANTRA Gestión Integral S.L

J. C. Sampaio, L.da Feirexpo, S. A.

APOIO TÉCNICO FUNDACIÓN C.V. MARQ Ricardo Valer Gosálbez

APOIO TÉCNICO

Ana Margarida Gata Simão (MNA/DGPC)

Carlos Diniz (MNA/DGPC)

Carlos Morgado (MNA/DGPC) Mário Antas (MNA/DGPC)

João Pedro Silva (MNA/DGPC)

João Nuno Reis (Divisão de Arquivo Inventariação e Bibliotecas/Departamento de Bens Culturais/

Luís Antunes (MNA/DGPC)

Luísa Guerreiro (MNA/DGPC)

Paulo Alves (MNA/DGPC)

Salvador Batista (MNA/DGPC) William Pimenta (MNA/DGPC)

TRADUÇÃO DE TEXTOS

Inpokulis Traduções

REVISÃO DE TEXTOS

Ana Caessa (MNA/DGPC)

Elena Morán

PLANO DE COMUNICAÇÃO

Divisão de Comunicação e Informática (DGPC) Helena Martelo, António José Dores Cruz

FOTOGRAFIAS

Arquivo de Documentação Fotográfica da Direção-Geral do Património Cultural (ADF/ DGPC) — José Paulo Ruas, José Pessoa, José Rúbio. MNA/DGPC, António Ventura, Margarida Santos, Paulo Alves, Rita Matos. Daniel Oliveira, António

Capa

Ídolo-placa oculado com representações de antropomórficos tritriangulares. Mértola (Beja). Foto © DGPC/ADF/José Paulo Ruas. Ídolo antropomórfico. Perdigões, Reguengos de Monsaraz (Évora). Foto © DGPC/ADF/José Paulo Ruas.

Contracapa

Ídolo ancoriforme. Cova de la Barcella, La Torre de les Maçanes (Alicante). Foto @ M. A. Cabrera.

ÍNDICE

- Relatos de imagens solares na Pré-História recente do Ocidente ibérico. Reflexões a partir do projeto científico, expositivo e divulgativo «Ídolos. Olhares Milenares»

 Primitiva Bueno Ramírez e Jorge A. Soler Díaz
- A figurinha antropomórfica do povoado do Neolítico antigo, da Valada do Mato (Évora, Portugal), ou a importância do corpo humano

 MARIANA DINIZ
- Olhares inesperados. A estela antropomórfica neolítica do Algar do Bom Santo (Lisboa) no seu contexto funerário e ritual

 António Faustino Carvalho
- Trespassando o tempo. Oculados e outras formas antropomorfas da Pré-História recente do Norte de Portugal

 Maria de Jesus Sanches, Joana Castro Teixeira, Maria Helena
 Barbosa e João André Perpétuo
- O simbólico em Vila Nova de São Pedro: ídolos, estatuetas e simbologia

 Andrea Martins, Mariana Diniz, César Neves e José Morais Arnaud
- Recuperando contextos e interpretações de ídolos nas antigas sociedades camponesas do Centro e Sul de Portugal: o Arquivo Leisner e os arquivos históricos da Arqueologia portuguesa

Ana Catarina Sousa

- A propósito das placas de xisto gravadas do Ocidente peninsular (3200-2500 a.n.e.).
 Um depoimento pessoal
 VICTOR S. GONÇALVES
- Os «báculos» das sociedades agropastoris do Sul do território português (último quartel do 4.º milénio/inícios do 3.º milénio a. C.)

 João Luís Cardoso

- 201 Diversidade, circulação e desempenho social dos símbolos: as produções iconográficas neolíticas e calcolíticas nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz)
 ANTÓNIO CARLOS VALERA
- 213 À sua imagem e semelhança. De deuses, ídolos e representações simbólicas em espaços de matriz habitacional durante os 4.º e 3.º milénios a.n.e. no Sul de Portugal

MARCO ANTÓNIO ANDRADE, CATARINA COSTEIRA E RUI MATALOTO

- Tributos aos deuses: Os ídolos em contextos funerários da Pré-História recente no Sul de Portugal

 LEONOR ROCHA
- 267 Monólogos entre ídolos-placa e pinturas esquemáticas na serra de S. Mamede (Alentejo, Portugal)
 JORGE OLIVEIRA
- Ídolos e manifestações do sagrado no 4.º e 3.º milénios a.n.e. no território de Alcalar (Algarve, Portugal)
 Rui Parreira e Elena Morán
- 305 Um legado artístico excecional. Breve apontamento sobre peças singulares da exposição «Ídolos. Olhares Milenares», Museo Arqueológico de Alicante, Museo Arqueológico Regional de Madrid e Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa Primitiva Bueno Ramírez e Jorge A. Soler Díaz
- 347 «Ídolos. Olhares Milenares». Projeto museográfico temporário, no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)

ÁNGEL ROCAMORA RUIZ

Tributos aos deuses: Os ídolos em contextos funerários da Pré-História recente no Sul de Portugal

LEONOR ROCHA

1. ANALISAR O PASSADO A PARTIR DO SÉCULO XXI

Dissecar o passado a partir dos frágeis vestígios existentes no presente nunca é uma tarefa fácil, pois, quanto mais nos afundamos nas areias do tempo, mais difícil se torna compreender as linhas que ligavam os vivos e os mortos e, sobretudo, tentar alcançar através dos seus comportamentos simbólicos, a(s) sua(s) mentalidade(s).

Dois tipos de problemas existem nesta leitura, *i*) a incapacidade de acedermos a todo o conjunto de vestígios que certamente ficariam nos monumentos, junto aos mortos, após a sua tumulação, devido à normal decomposição das matérias orgânicas; *ii*) as destruições que estes tipos de monumentos sofreram nos milénios posteriores que não nos permitirão, nunca, saber que percentagem estamos atualmente a avaliar, quer em termos de números e tipologias de arquiteturas, quer de espólios depositados.

Apesar de existir alguma documentação dispersa a partir do século XV, com referências a monumentos megalíticos, e de, no âmbito dos inquéritos solicitados às paróquias (Memórias Paroquiais do século XVIII), vários padres terem mencionado a existência de antas nas respetivas áreas, até aos finais do século XIX possuímos apenas informação compilada de forma dispersa, pontual e sem intuitos científicos (Pereira, 1887; Fabião, 1999). Ao longo do século XX realizaram-se inúmeros trabalhos de escavação e/ou compilação de dados, uns mais vocacionados para a simples recolha de materiais, outros com objetivos bem delineados que nos permitem compreender que existe uma difícil e complexa relação entre arquiteturas e espólios funerários (Boaventura, 2009; Ferreira e Santos, 1968; Formosinho et al., 1953; Gonçalves, 1989; Leisner e Leisner, 1951, 1955, 1959; Oliveira, 1997; Rocha, 1999, 2005; Silva e Soares, 1981; Serrão, 1978; Veiga, 1891).

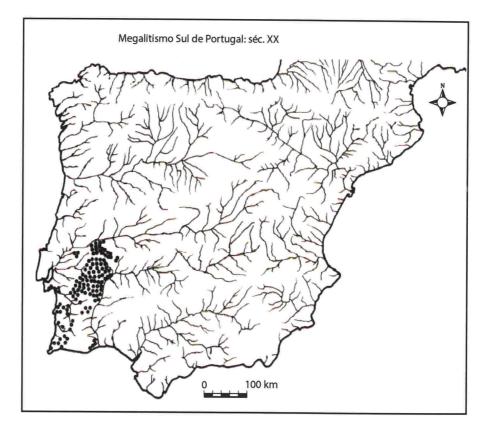
Da amostra que temos disponível podemos sem qualquer dúvida afirmar que o Sul de Portugal é a área que, nos dias de hoje, conserva a maior mancha megalítica da Península Ibérica genericamente construídos a partir da Pré-História recente (Neolítico/Calcolítico), mas com remodelações e reutilizações até à Idade Média. A análise deste vasto conjunto permite-nos ainda compreender que existem diferentes tipos de assimetrias regionais, em termos de tipologias, espólios e rituais. De facto, quando observamos os contextos funerários existentes nesta região constatamos a grande diversidade de soluções arquitetónicas, pelo que já não podemos falar apenas de arquiteturas megalíticas, mas de arquiteturas funerárias, uma vez que são também utilizadas as grutas naturais e construídos hipogeus, fossas, estruturas de falsa cúpula (muitas vezes designados por *tholoi*), etc. A explicação para este polimorfismo não é inteligível, existindo provavelmente várias hipóteses, sendo que algumas delas estarão certamente relacionadas com questões de ordem física (tipo de geologia ou de matéria-prima disponível na área) e, outras serão de ordem cultural/religiosa. No entanto, e não esquecendo que muitos destes sítios nos surgem agora como o somatório de um número indeterminado de utilizações e que os métodos técnico-científicos utilizados nas escavações realizadas nem sempre foram muito fiáveis

(razão pela qual muitos espólios e estratigrafias se perderam para sempre), a combinação de conjuntos, territórios, arquiteturas, espólios e datações parece ser o melhor caminho para compreendermos melhor estas antigas sociedades camponesas.

2. TERRITÓRIOS E FENÓMENOS CULTURAIS

As inúmeras investigações realizadas no Sul de Portugal entre os finais do século XIX e os finais do século XX pareciam evidenciar a existência de territórios com uma grande densidade populacional a par de outros estranhamente desérticos, entre o Neolítico final e, pelo menos, a Idade do Bronze. Efetivamente, o mapeamento de sítios de necrópoles (fig. 1) mostrava uma grande concentração de monumentos no Norte e Centro do Alentejo (distritos de Portalegre, Setúbal e Évora) e no Algarve (distrito de Faro); pelo meio, ficava o Baixo Alentejo (distrito de Beja), uma área que parecia ser marginal e pouco ocupada, sem que existisse uma explicação cabal para este vazio.

FIG. 1
Mancha dos contextos
funerários identificados até
finais do século XX no Sul de
Portugal.



As diferenças existentes entre os contextos funerários do litoral e do interior assentavam, nesta altura, essencialmente no seu invólucro, com grutas e hipogeus no litoral e monumentos megalíticos, antas e alguns (poucos) monumentos de falsa cúpula no interior e, na presença/ausência de alguns espólios, como as placas de xisto, as placas de grés, os báculos e os ídolos em calcário, mas que, em termos gerais, comprovavam a existência de um fundo cultural comum, com relações e trocas entre o litoral e o interior desde, pelo menos, o 4.º milénio a. C. Também as escassas cronologias obtidas, através de datações absolutas para grutas naturais, hipogeus, antas e estruturas de falsa cúpula apontavam para o uso, em simultâneo, de todos estes tipos de sepulcros.

Em relação à presença de ídolos e placas votivas era igualmente evidente que existiam diferenças entre o Norte e o Sul, mas também o Este e o Oeste, com os ídolos em calcário a aparecerem essencialmente no litoral e as placas (xisto e grés) mais no interior. Mas, um dos grandes problemas no estudo das

placas/ídolos depositados em contextos funerários é, por um lado, o acesso à informação, uma vez que a maior parte dos monumentos tipo «anta» foram intervencionados na primeira metade do século XX, o que se traduz não só em problemas de recolha (apenas se guardavam os que se apresentavam em bom estado de conservação), mas, também, na informação disponível, pois i) não existe uma base de dados com todos os monumentos intervencionados e respetivos resultados, por tipologia e número de peças recolhidas; ii) nem todos se encontram publicados ou, quando publicados, em locais acessíveis. Deste modo, a realização de uma análise de conjunto, como a que se pretende neste estudo, está (ainda) necessariamente truncada por não se ter conseguido obter uma cartografia exaustiva (por exemplo, muitos dos locais com placas referidos pelo casal Leisner em 1959 não estão cartografados) e, também, por não se saber exatamente quais os que foram intervencionados nem quantas placas/ídolos foram recolhidos em cada monumento. Neste domínio, um importante projeto de investigação foi realizado em Portugal nos inícios do século XXI (projeto Placa Nostra), pelo que a disponibilização da base de dados e a publicação dos resultados obtidos com esté estudo será certamente um importante contributo para o conhecimento do número, temáticas e tipos de suporte existentes em cada monumento, bem como a sua dispersão geográfica (Gonçalves, 2004b).

Não obstante todos estes constrangimentos, os dados existentes permitem-nos ainda assim obter leituras gerais, como verificar que os conjuntos de espólios mais simples (geométricos, pedra polida e escassa cerâmica) aparecem tendencialmente em monumentos megalíticos mais pequenos e que, os monumentos de maiores dimensões possuem espólios mais variados (cerâmicas, pedra lascada, pedra polida, objetos de adorno e ídolos). Os resultados destes trabalhos sugerem, em diversos planos, uma antiguidade relativa das arquiteturas megalíticas funerárias mais simples em relação às mais complexas, mas, embora exista um acordo genérico quanto à cronologia do início do fenómeno megalítico — o Neolítico antigo/médio — nem todos os autores estão de acordo quanto à respetiva sequência evolutiva devido precisamente à quase ausência de datações para os monumentos mais pequenos ou à problemática relação entre espólios e arquiteturas (Rocha, 2005; Oliveira, 1997; Bueno Ramírez et al., 2016).

Dentro desta área geográfica, a região do Alentejo Central é atualmente a que apresenta uma melhor caracterização e estudo dos seus monumentos megalíticos funerários, devido aos trabalhos realizados por um conjunto significativo de investigadores, de forma mais ou menos permanente, desde meados do século passado (Araújo e Lejeune, 1995; Gonçalves, 2003a, 2003b, 2004b; Leisner e Leisner, 1951, 1955, 1959; Rocha, 1999, 2005, 2007, 2009, 2015, 2016), o que nos permite perceber que:

- Existe maior variabilidade tipológica (arquiteturas) nas áreas mais a oeste (Montemor-o-Novo, Coruche, Arraiolos e Mora) com as pequenas sepulturas megalíticas (protomegalíticas), sem corredor, esteios pequenos e irregulares a concentrarem-se sobretudo nesta área;
- 2) As antas com corredores curtos, médios, longos ou muito longos, apesar de aparecem dispersas por toda a região, apresentam maior padronização em termos de arquitetura no lado Este (Reguengos de Monsaraz); por vezes, possuem nichos, compartimentações interiores ou outras sepulturas anexas — incluindo as estruturas de falsa cúpula;
- A presença de restos osteológicos é muito escassa, sendo referida em apenas 26 monumentos, a maioria deles em muito mau estado de conservação;
- 4) A presença de pigmentos vermelhos é assinalada em apenas oito monumentos, tendo sido comprovada através de análises químicas realizadas em espólios de quatro monumentos (Rocha et al., 2018); no entanto, no grupo de Reguengos de Monsaraz existe ainda um aspeto, observado pelo casal Leisner, que merece atenção, apesar de naturalmente já não ser passível de verificação, trata-se da existência de camadas brancas, como registado, por exemplo, em Olival da Pega 1, onde se refere que «o chão era formado por uma camada branca calcárea» (Leisner e Leisner, 1985, p. 238), situação que ocorre também em Vale Carneiro 2. Sendo os terrenos desta área predominantemente barrentos, de tonalidade castanho-avermelhado e muito compactos, esta camada devia ser de origem antrópica;

5) Placas de xisto e báculos registam-se em toda a área, mas os ídolos surgem apenas no lado Este (Reguengos de Monsaraz). A análise dos espólios, com base nos dados de Manuel Heleno (Rocha, 2005), permite constatar que, dos 274 monumentos intervencionados, apenas cerca de 42,5 % possuem placas de xisto e báculos e que estes estão presentes nos monumentos arquitetonicamente mais evoluídos, mas, em termos percentuais, os dois tipos com maior percentagem de placas de xisto e báculos são as antas com corredor curto (16 %) e longo (15 %). Manuel Heleno, em relação aos monumentos que regista possuírem placas, apenas em 15 deles anota a presença de placas com motivos oculares. Em nove regista a presença de placas antropomórficas e apenas num a presença de uma placa de grés (tabela 1).

Tabela 1: Relação das arquiteturas/espólios a partir dos dados de M. Heleno (sg. Rocha, 2005)

	Total com espólio	Placas de xisto	Báculos
Sepultura protomegalítica fechada	II	O	О
Sepultura protomegalítica aberta	60	.I.	O
Sepultura protomegalítica corredor incipiente	18	0	O
Sepultura planta «anómala»	3	Ì	0
Anta sem corredor	16	4	0
Anta corredor curto	50	30	3
Anta corredor médio	9	6	2
Anta corredor longo	31	23	8
Anta corredor muito longo	7	6	3
Total	205	71	16

Em termos de dispersão geográfica verifica-se ainda que a grande concentração das placas de xisto ocorre no distrito de Évora. Se partirmos do pressuposto (comummente aceite), de que ao maior número de casos corresponde o seu foco de origem, podemos então assumir que esta área é, sem dúvida, a região embrionária deste fenómeno. O universo das placas de xisto decoradas estende-se por todo o Sul de Portugal, se bem que com algumas diferenças em termos de tipologias e de temáticas decorativas, registando-se, por exemplo no Algarve, a ausência de placas antropomórficas, com «olhos de sol» e, dentro da decoração geométrica, parece existir uma padronização em torno dos motivos com «triângulos e faixas ziguezagueantes» (Gonçalves, 2004, p. 164).

A região de Portalegre parece ter, em termos de arquiteturas, uma distribuição semelhante à registada no distrito de Évora, com os concelhos mais a oeste a possuírem arquiteturas mais diversificadas do que os do lado Este (Oliveira, 1997, 2006; Leisner e Leisner, 1959; Parreira, 1996) e, neste caso, pelos mesmos argumentos, a região de origem das placas de grés, uma vez que é nesta área que ocorre o maior número deste tipo de placas. Em relação às placas de grés deve-se ainda realçar dois aspetos: *i*) que o seu número não é tão expressivo como o das placas de xisto, uma vez que o número total de exemplares conhecidos, no Sul de Portugal, não atinge uma centena, enquanto as de xisto, atinge os milhares; *ii*) que a sua gramática decorativa é também completamente distinta pois, ou se apresentam lisas, ou então são claramente antropomórficas, em baixo-relevo; *iii*) que a linha tangencial para o limite sul das placas de grés parece ocorrer num eixo Este/WSW que passa pelo concelho de Estremoz (com uma ocorrência na anta de N.ª S.ª da Conceição dos Olivais), de Montemor-o-Novo (com duas ocorrências na gruta do Escoural) e termina em Almada (com duas placas, lisas, no hipogeu de S. Paulo). Mesmo nos grandes monumentos de arquitetura megalítica (tipo anta) do distrito de Évora, onde se recolheram centenas de placas de xisto, não existe registo de placas em grés.

A situação dos ídolos cilíndricos em calcário, decorados (normalmente com a representação de tatuagens faciais e olhos), lisos, de gola, com secções mais ou menos cilíndricas, que parecia também ser, inicialmente, um exclusivo dos contextos funerários existentes no litoral, uma vez que foram identificados apenas em hipogeus e grutas naturais, por vezes a par de placas de xisto (Fernandes, 2011; Gonçalves et al., 2004; Soares, 2003), veio a alterar-se nos últimos anos. De facto, este tipo de espólio tem vindo a ser identificado no interior alentejano, não só em contextos funerários, mas também em povoados, sendo que a característica comum entre eles reside no facto de se encontrarem, sempre, em estruturas negativas (povoados de fossos, hipogeus, fossas...).

A leitura espacial destes conjuntos identifica assim pelo menos três grandes áreas geográficas, a das placas de grés, a das placas de xisto e a dos ídolos, que coincidem em termos cronológicos e, em alguns casos, nos mesmos tipos de arquiteturas. Esta coexistência, conjugada com a certeza de que estes povos possuíam uma complexa rede de comunicações, que lhes permitia obter vários produtos exóticos de outras áreas regionais e extrarregionais (como o marfim, o cinábrio, o âmbar, por exemplo), têm de, necessariamente, traduzir diferenças culturais destes grupos.

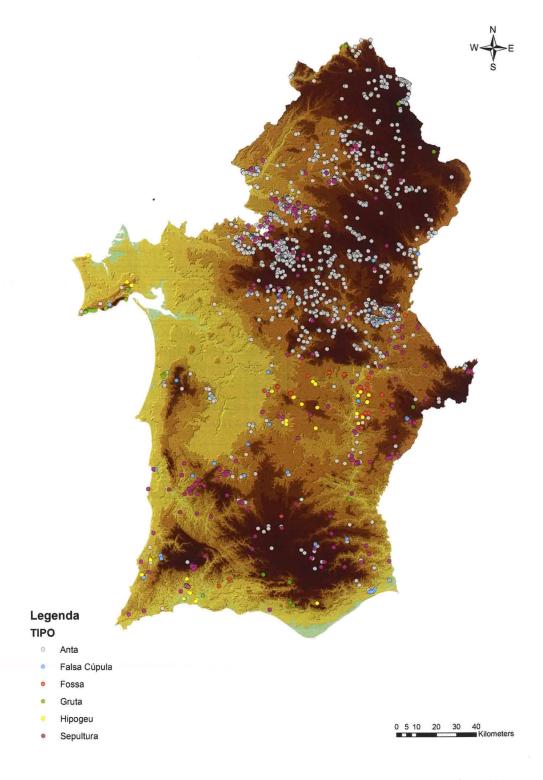
3. ESTE ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

No que diz respeito à investigação arqueológica, raramente o que parece é. O evoluir do conhecimento, baseado em novos dados, novas técnicas e metodologias de análise, obriga-nos a ter sempre as nossas teorias em aberto, pois, a qualquer momento, novos monumentos, novos espólios, novas datações podem colocar em causa anos, ou mesmo décadas, de conhecimentos dados como adquiridos, seguros e estáveis. Essa foi a situação que ocorreu no Sul de Portugal, mais especificamente no distrito de Beja, a partir da última década do século XX, devido à execução dos trabalhos de minimização arqueológica em torno de várias obras, nomeadamente do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva que permitiram identificar e escavar centenas de sítios arqueológicos e, com eles, os vazios existentes na nossa cartografia foram preenchidos, ou pelo menos alguns, como se pode observar na figura 2.

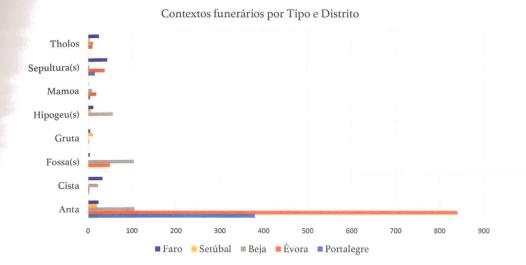
A partir da segunda metade do 4.º milénio e ao longo do 3.º milénio a. C. coexistem assim neste espaço uma multiplicidade de soluções arquitetónicas em termos de povoamento e de contextos funerários. Identifica-se um admirável mundo novo, com uma grande diversidade de tipologias funerárias (em fossa, fosso, covachos, hipogeus, grutas naturais ou mesmo associados a contextos de «lixeiras»), algumas dentro dos povoados, em deposições primárias ou secundárias, numa relação de proximidade com os mortos que comprovam mentalidades e comportamentos rituais e/ou religiosos nunca antes imaginados (fig. 2). No universo dos espólios votivos, deixados junto aos mortos, surgem grandes diferenças, com o universo das placas e dos ídolos a ficarem estranhamente muito ausentes na maior parte do grupo dos sepulcros escavados na rocha.

No campo dos comportamentos rituais, e considerando a diversidade e os diferentes graus de fiabilidade em relação à informação disponível, a conjugação de restos osteológicos, com os espólios e as evidências de atos de natureza claramente ritual denotam uma grande diversidade de soluções funerárias, entre pelo menos o 4.º e o 2.º milénio a. C. Neste quadro de análise temos de considerar duas conceções distintas nesta arquitetura da morte, *i*) uma, que quer ser vista e diretamente percebida na paisagem através das suas construções mais ou menos monumentais, em que se englobam todos os tipos de monumentos megalíticos — arquitetura positiva; *ii*) a outra, que parece ter uma filosofia completamente oposta, com as construções funerárias escavadas na rocha, em cotas negativas, que certamente ficariam mais ou menos invisíveis na paisagem — arquitetura negativa. De facto, mesmo que de alguma forma estes túmulos fossem assinalados, com a colocação de estelas de pedra, ou postes de madeira, por exemplo, só se tornavam percetíveis a curta distância, enquanto os túmulos dos monumentos de arquiteturas megalíticas eram visualizados a média ou longa distância, sobretudo aqueles que possuíam seixos de quartzo branco, a cobrir a mamoa. Assim, temos, aparentemente, por um lado, um grande investimento na visibilidade dos mortos e, do outro, um grande investimento na sua invisibilidade.

FIG. 2
Sítios com contextos funerários existentes no Sul de Portugal, no século XXI (© Gertrudes Branco).



Curiosamente, esta separação é bastante percetível, quando se contabilizam o tipo de arquiteturas, por distrito, como se pode verificar no gráfico 1, sendo certo que a futura atualização dos dados, irá certamente alterar ainda mais os dados para o distrito de Beja, com as arquiteturas funerárias negativas a ultrapassarem largamente as arquiteturas megalíticas (gráfico 2).



Os novos hipogeus identificados na região de Beja apresentam, por outro lado, formas e dimensões muito diversificadas, desde tipologias semelhantes às conhecidas no litoral (com câmaras e galerias de acesso muito horizontal) até às de formato mais antropomórfico, com ou sem antecâmaras, vestíbulos, acessos em poço, etc. Em todos, a presença de restos osteológicos conservados é quase uma constante, muitos deles sem quaisquer espólios associados, o que constitui uma novidade, sobretudo para o que se considerava como uma constante — cada corpo seria sepultado com algum tipo de oferenda. Neste domínio destaca-se a ausência de grupos que estão muito presentes nos monumentos megalíticos, como as cerâmicas, os ídolos-placa e os báculos em xisto (gráfico 3). Nas arquiteturas negativas, o predomínio vai para alguns tipos muito específicos: *i*) na pedra lascada, as pequenas lâminas e os geométricos; *ii*) na pedra polida, machados e enxós; *iii*) no adorno, a preferência para pulseiras confecionadas a partir de conchas (*glycimeris*). Na realidade, os ídolos e as placas de xisto surgem aqui por vezes associados a enterramentos no interior dos povoados de fossos (silos e fossas, mas também, em contextos de lixeiras), como é o caso dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo) e de Alto de Brinches 3 e Torre Velha 3 (Serpa), por exemplo (Miguel e Godinho, 2009; Soares, 2003; Valera, 2013, 2018, 2020; Valera et al., 2010, 2014).

GRÁFICO 1

Distribuição de sítios por tipologias e distritos (Fontes: base de dados do Portal do Arqueólogo e bibliografia deste texto. Os números estão certamente aquém da realidade existente uma vez que: i) no caso do Portal do Arqueólogo temos uma base de dados desatualizada, ou com problemas na classificação dos sítios - em relação ao tipo e cronologia, pelo que nem sempre é percetível a distinção de algumas das tipologias; ii) a bibliografia publicada ainda não traduz o total dos sítios já identificados e intervencionados. iii) um mesmo sítio pode, em alguns casos [como nas fossas, hipogeus e sepulturas], abranger um número significativo de estruturas).

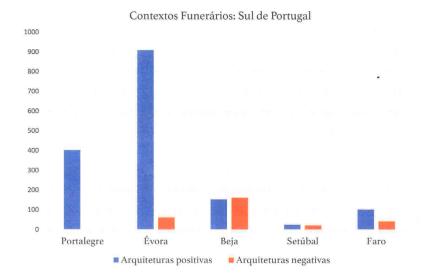


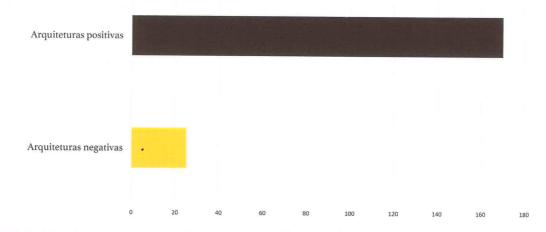
GRÁFICO 2

Total de sítios por tipo de arquitetura. 1) Arquiteturas positivas englobam monumentos tipo anta e sepultura; 2) Arquiteturas negativas englobam os monumentos tipo gruta, hipogeu, fossa e falsa cúpula (Fontes: base de dados do Portal do Arqueólogo e bibliografia deste texto).

GRÁFICO 3

Número total de sítios com placas e/ou ídolos, por tipo de arquitetura.

Número total de Sítios com Placas e/ou Ídolos



No campo dos comportamentos rituais destacam-se também alguns casos com deposições de búzios inseridos nas terras e/ou pedras que encerravam estes sepulcros, como é o caso do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja) (Valera et al., 2014), deposições de canídeos (completos ou apenas partes) em estreita associação com restos osteológicos humanos (Miguel e Godinho, 2009; Soares, 2003; Valera et al., 2010) e o uso recorrente de pigmentos vermelhos.

Em relação ao uso de colorantes de cor vermelha, este tipo de ações já havia sido anteriormente registada, mas eram casos bastante raros. Os dados recolhidos nestas estruturas negativas vêm revelar uma prática que parece ser muito mais frequente e intensa (fig. 3), com a identificação de enterramentos com os ossos integralmente cobertos com pigmentos vermelhos, já identificados nuns casos como cinábrio, noutros como ocre e, noutros, como uma mistura de cinábrio e ocre (Dias e Mirão, 2013). De destacar, porém, que não só o cinábrio não ocorre naturalmente à superfície como só existem quatro locais onde poderia ter sido possível a sua mineração no decurso da Pré e Proto-História (Las Alpujarras, em Granada; Sierra de los Filabres, em Almería; Usagre, em Badajoz; Almadén, em Ciudad Real). Por último, de acordo com análises realizadas, este colorante é muito prejudicial para a saúde devido aos seus elevados níveis de mercúrio (Emslie et al., 2015).

A diferenciação destas arquiteturas negativas incide também sobre as cronologias, uma vez que o seu excelente estado de conservação permite realizarem-se séries de datações absolutas para a maior parte dos sítios, ao contrário da situação registada nos monumentos megalíticos conhecidos no Sul de Portugal, onde, por falta de material orgânico conservado, as cronologias propostas assentavam, quase invariavelmente, em cronologias relativas, por comparação com espólios existentes nos (poucos) sítios datados.

A informação atualmente disponível, com base em cronologias absolutas assenta em três tipos de métodos (gráfico 4): Carbono 14 — 14C (ossos e carvões), Termoluminescência — TL (cerâmicas) e, Luminescência Opticamente Estimulada — OSL (minerais/sedimentos). Estes métodos permitem datar diferentes tipos de evidências, nuns casos mais os momentos da utilização do monumento (14C e TL) noutros, da sua construção (OSL). Por enquanto, as datações de TL e OSL apresentam desvios elevadíssimos, comparativamente com as de 14C, pelo que a sua utilização tem tido pouca adesão, sobretudo para este tipo de contextos.

De acordo com os dados que se conseguiram reunir, foram publicadas até ao presente 177 datações referentes a 56 sítios com contextos funerários (monumentos funerários e povoados com enterramentos). Destes, 41 % são sítios intervencionados já no século XXI. Mesmo assim, estatisticamente, temos datações absolutas para apenas 1 % dos enterramentos realizados no Sul de Portugal. Apesar dos evidentes problemas em conseguirem realizar-se datações absolutas, devido aos problemas de

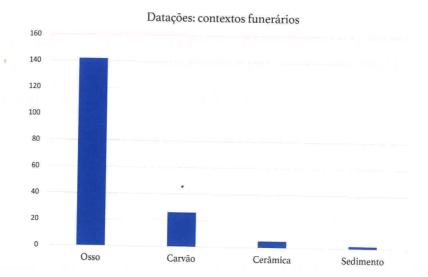


GRÁFICO 4

Número de datações disponíveis, por tipo de amostra (Fontes: bibliografia deste trabalho).

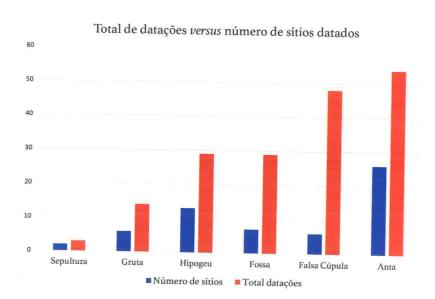


GRÁFICO 5

Datações disponíveis por tipo de monumento, na relação entre número de sítios com datações absolutas/total de datações por categoria (Fontes: bibliografia deste trabalho).

conservação dos restos osteológicos, a aceitação das datas obtidas a partir de carvões, cerâmicas e sedimentos têm sido questionadas por alguns investigadores (Boaventura, 2009; Neves e Diniz, 2018), mas, no atual estado da nossa investigação, recusá-las liminarmente seria, no meu entender, um erro.

Para além das dificuldades relacionadas com a obtenção de cronologias absolutas, dos 60 sítios datados até ao presente, apenas 23 continham placas, ídolos ou báculos (fig. 4) nos seus espólios. A variabilidade cultural constatada nos espólios presentes nas arquiteturas positivas versus arquiteturas negativas poderia, eventualmente, remeter para diferenças cronológicas, mas as datações realizadas trouxeram mais uma vez surpresas pois, curiosamente, o cruzamento das datações com os espólios existentes nesses monumentos, veio revelar que nem sempre espólios menos diversificados, sem cerâmicas e placas ou ídolos correspondiam a datações mais antigas.

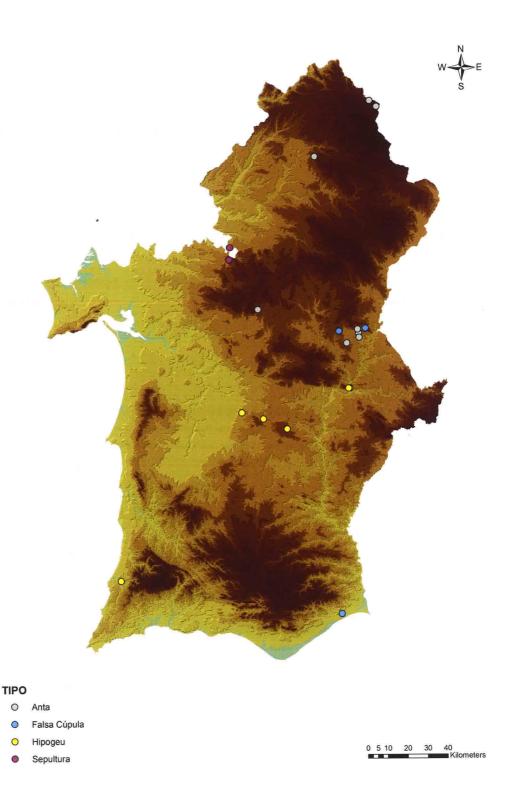


FIG. 3 Sítios com pigmentos vermelhos (cinábrio/ocre) (© Gertrudes Branco).

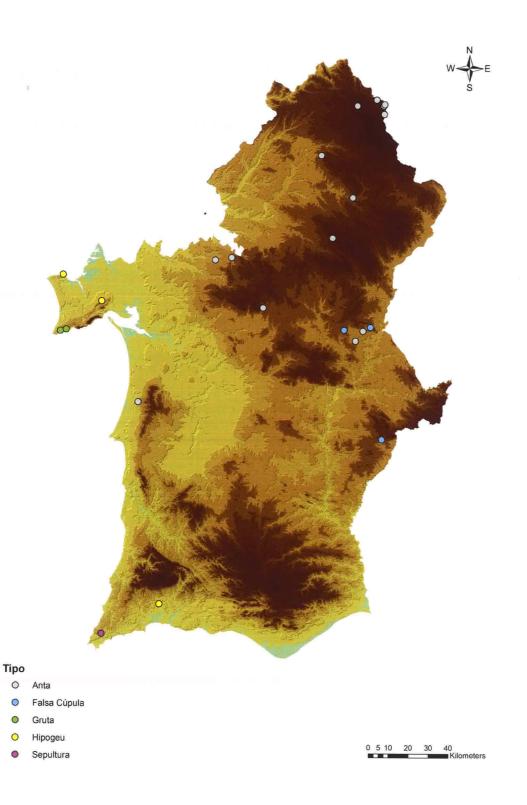


FIG. 4
Sítios datados com placas e/ou ídolos (© Gertrudes Branco).

4. OS VELHOS E OS NOVOS CAMINHOS: NO LIMIAR DE UMA NOVA FRONTEIRA

Os dados compilados nos últimos anos permitem-nos, pela primeira vez, aceder a contextos únicos e começar a vislumbrar os traços peculiares desta região, que nos possibilitam construir novas interpretações sobre o evoluir histórico deste espaço, sendo certo no entanto, que as evidentes descontinuidades entre as diversas áreas atrás comentadas, não podem ser explicadas apenas por diferenças de ordem geológica, mas são sobretudo culturais e religiosas, em proporções que sem a publicação de todos os dados não nos é ainda possível determinar. Quando comparamos os velhos dados e os novos dados percebemos que as disparidades existentes são nalguns casos substanciais, o que nos levanta várias questões, algumas das quais podem agora ser esclarecidas, outras equacionadas e outras ficarão provavelmente sem resposta, pois perderam-se completamente os elos de ligação. Sobre os espólios recolhidos nas intervenções mais antigas podemos ainda tentar realizar mais análises de modo a obter--se informações complementares, nomeadamente sobre a existência de pigmentos, que nos atestem o uso recorrente de cinábrio/ocre no Centro e Norte alentejano, à semelhança do que já foi identificado mais a sul. Naturalmente que também é expectável que se possam ainda vir a intervencionar novos monumentos, de arquitetura positiva, nos distritos de Évora e Portalegre, com estratigrafias e restos osteológicos preservados, que nos permitam colmatar algumas das lacunas existentes e, sobretudo, conseguir-se realizar datações absolutas, o que se afigura nesta fase essencial para melhor compreender a génese e evolução das estruturas funerárias.

Tabela 2: Limites cronológicos dos monumentos sem placas e/ou ídolos

	Cal BC (2 sigmas) terminus post quem	Cal BC (2 sigmas) terminus ad quem	
Anta	3820	1190	
Fossa(s)	3490	1297	
Gruta	4769	2910	
Hipogeu	3650	1500	
Sepultura	3520*	3350*	
Falsa cúpula	4780	1457	

^{*} Apenas existe um monumento datado dentro desta tipologia.

No que diz respeito às cronologias, na impossibilidade de reproduzir aqui um quadro com todas as datações (Rocha, 2020b) e excluindo as mais anómalas, nomeadamente as do tipo sepultura pela sua fraca representatividade (apenas temos 1 sítio datado em cada uma das tabelas), apresentamos os intervalos máximo e mínimo das datações (calibradas a 2 sigmas) para cada um dos tipos de arquiteturas em análise. Os limites cronológicos conhecidos, para além de atestarem um uso muito prolongado de todos os sepulcros, permitem ainda verificar que, nos finais do 4.º milénio/inícios do 3.º milénio a. C., temos o mesmo tipo de monumentos a ser utilizado em inumações com placas e/ou ídolos, mas também na situação inversa (tabelas 2 e 3).

Tabela 3: Limites cronológicos dos monumentos com placas e/ou ídolos

	Cal BC (2 sigmas) terminus post quem	Cal BC (2 sigmas) terminus ad quem	
Anta	3350	1320	
Gruta	4230	2780	
Hipogeu	3379	2137	
Sepultura	2880	1950	
Falsa cúpula	3311	2280	

Como balanço final desta análise sobre a relação entre cronologias/ arquiteturas/espólios, penso que as datações obtidas na última década vieram chamar a atenção para uma realidade que já se intuía e que, de certa forma, condicionou toda a investigação realizada no decurso do século XX, a de que não podemos avaliar as estruturas funerárias com base nos espólios que possuem pois não sabemos se estes representam os seus contextos primários, ou de qualquer outra fase de utilização do sepulcro, sendo certo porém que também muitos foram inumados sem qualquer tipo de oferenda votiva. No entanto, a variabilidade das arquiteturas terá de necessariamente traduzir diferenças cronológicas no que se refere ao início da sua construção, sendo certo que todos os tipos estavam em utilização nos finais do 4.º milénio/inícios do 3.º milénio a. C., com ou sem a deposição de placas e ídolos votivos, e continuaram a ser utilizados até ao 2.º milénio a. C.

Mas, para além desta questão das arquiteturas versus cronologias, temos ainda outra vertente de análise que incide sobre as arquiteturas versus espaço físico. Como vimos no caso do distrito de Beja, nem sempre os vazios são reais, pelo que as áreas que ainda continuam a parecer estar muito desocupadas, nomeadamente as que correspondem à bacia sedimentar do Médio e Baixo Tejo, do Sado e parte da orla costeira da costa alentejana (fig. 2), onde existem muito poucos monumentos funerários identificados, a explicação deverá ser também mais complexa, pois esta situação não nos parece compatível com a dinâmica que sabemos agora existir em todo o Sul de Portugal, no 4.º e 3.º milénio a. C. Efetivamente, ou também temos nestas áreas arquiteturas negativas que ainda não foram identificadas, provavelmente devido a fenómenos de sedimentação e consequente acumulação de depósitos, como já foi anteriormente proposto (Oliveira, 1997), ou existiu uma outra realidade cultural que foi responsável pela construção de estruturas tumulares com materiais perecíveis (madeiras) que acabaram por se decompor, não deixando qualquer vestígio físico.

A consequência mais significativa do cruzamento dos últimos dados é que se está certamente perante um substrato demográfico e cultural muito variado na região Sul de Portugal, que não deixa, no entanto, de surpreender pela sua dinâmica e vastas redes de interação regional e extrarregional. Em relação ao mundo funerário, começa a evidenciar-se também a existência de uma história muito mais complexa do que se imaginava, quer pela grande diversidade a nível das arquiteturas, quer por terem um uso continuado durante períodos muito longos, quer pelos seus enigmáticos rituais mágico religiosos, mas que, no seu todo, nos abre novos e motivantes caminhos de análise e de investigação.

AGRADECIMENTOS

À Doutora Gertrudes Branco pelo incansável trabalho de verificação e transformação de muitas coordenadas que se encontravam sob diferentes formatos e elaboração da cartografia.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, A. C.; LEJEUNE, M. (1995) — Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica. Lisboa: DGPC. (Trabalhos de Arqueologia; 8).

BARRADAS, El; SILVÉRIO, S.; SILVA, M.ª J. D.; SANTOS, C. (2013) — O hipogeu da Barrada: um monumento funerário do Neolítico final/Calcolítico inicial em Aljezur. In *Arqueologia em Portugal*, 150 anos. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 407-415.

BUENO RAMÍREZ, P. (2010) — Ancestros e imágenes antropomorfas muebles en el ámbito del megalitismo occidental: las placas decoradas. In CACHO, C.; MAICAS, R; GALÁN, E.; MARTOS, J. A., dir. — *Ojos que nunca se cierran. Ídolos en las primeras sociedades campesinas.* Madrid: Ministerio de Cultura; Museo Arqueológico Nacional. p. 39-77.

BUENO RAMÍREZ, P. (2020) — Placas decoradas en la Península Ibérica. Imágenes humanas entre la vida y la muerte. In BUENO RAMÍREZ, P. y SOLER DÍAZ, J., ed. lit. — *Ídolos: Miradas Milenarias*. Alicante: MARQ. p. 203-216.

BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBIN BEHRMANN, R. (2016) — Between East and West: Megaliths in the Centre of the Iberian Peninsula. In LAPORTE, L.; SCARRE, C., ed. lit. — *The Megalithic Architectures of Europe*. Oxford: Oxbow Books. p. 157-166. (Oxbow Monographs).

BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBIN BEHRMANN, R. (2019) — Funerary Red (Cinnabar Versus Ochre) and Megalithic Rituals in the Central Iberian Peninsula. The Hypogean Necropolis of Valle de las Higueras, Huecas, Toledo, Spain. Bulletin de la Société Préhistorique Française. Paris. 116:1, p. 73-93.

BOAVENTURA, R. (2009) — As antas e o megalitismo da região de Lisboa. Lisboa. Tese de doutoramento policopiada.

DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; SANJURJO SANCHEZ, J.; CARDOSO, G. O.; FRANCO, D. (2008) — Datação por luminescência de sedimentos de sepulcros artificiais da necrópole pré-histórica da Sobreira de Cima (Vidigueira). Resultados preliminares. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 2, p. 31-40.

DIAS, C.; MIRÃO, J. (2013) — Identificação de pigmentos vermelhos recolhidos no hipogeu da Sobreira de Cima por microscopia de raman e microscopia eletrónica de varrimento acoplada com espectroscopia de dispersão de energias de raios X (mev-edx). In VALERA, A. C., coord. — Sobreira de Cima: Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja). Lisboa: Nia-Era. p. 101-108. (Era Monográfica; 1).

EMSLIE, S. D.; BRASSO R.; PATTERSON W.P.; VALERA A.; MCKENZIE A.; SILVA, M.ª A.; GLEASON J. D.; BLUM, J. D. (2015) — Chronic Mercury Exposure in Late Neolithic/Chalcolithic Populations in Portugal from the Cultural Use of Cinnabar. *Scientific Reports*. 5 (14679).

FAUSTINO, A.; ROCHA, L. (2016) — Datação direta e análise de paleodietas dos indivíduos da anta de Cabeceira 4.ª: contribuição para o estudo das origens do megalitismo do centro e sul de Portugal. *DigitAR. Revista digital de Arqueologia, Arquitetura e Artes.* 3, p. 53-61.

FERNANDES, R. (2011) — Entre a Arrábida e o Alentejo central: o enquadramento das grutas naturais no contexto da Pré-História. Tese de mestrado apresentada à Universidade de Évora.

FERNANDES, R.; CABAL, P.; DINIZ, M.; TÁTÁ, F; RODRIGUES, P.; ROCHA, L. (2015) — A Lapa do Sono (Sesimbra, Portugal) — primeira notícia de um novo contexto sepulcral neolítico. In ROCHA, L; BUENO RAMÍREZ, P; BRANCO, G., ed. lit. — Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials Papers. Papers from the International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology, 2, 2013. Oxford: Archaeopress. p. 29-33. (BAR International Series; 2708).

FERREIRA, O. V.; SANTOS, M. F. (1968) — O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. O Arqueólogo Português. Lisboa. S. 3, 1, p. 37-62.

FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da V.; VIANA, A. (1953) — Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. XIV, 1, 2.

GOMES, M. V. (1994) — O sepulcro colectivo de Pedra Escorregadia (Vila do Bispo, Faro) — Notícia da escavação de 1991. In *Jornadas Arqueológicas*, 5, Lisboa, 1993. Lisboa: AAP. vol. 2, p. 79-91.

GOMES, M. V.; PAULO, L. C. (2003) — Sepultura neolítica do Cerro das Cabeças (Enxerim, Silves, Algarve). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6.2, p. 83-107.

ROCHA, L. (1999) — Povoamento megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-História regional. Setúbal.

ROCHA, L. (2005) — As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno. Lisboa. Tese policopiada.

ROCHA, L. (2007) — O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, p. 73-94.

ROCHA, L. (2009) — A anta de Santiago Maior (Alandroal): a recuperação de um monumento destruído. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12:1, p. 35-52.

ROCHA, L. (2014) — The Contribution of Manuel Heleno to the Knowledge of the Funerary Megalithic in Alentejo. In *Rendering Death: Ideological and Archaeological Narratives from Recent Prehistory (Iberia)*. Oxford: Archeopress. p. 13-22. (BAR International Series; 2648).

ROCHA, L. (2016) — Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do megalitismo alentejano. *Terra e água. Escolher sementes, invocar a deusa.* Lisboa: UNIARQ. p. 167-177. (Estudos & Memórias; 9).

ROCHA, L. (2020) — Where Were the Dead Buried in Recent Prehistory? The Problem of Architectures Versus Chronologies in Central Alentejo (Portugal) = Onde se enterravam os nossos mortos na Pré-história Recente? O problema das arquiteturas versus cronologias no Alentejo Central (Portugal). In *Pre and Protohistoric Stone Architectures. Comparisons of the Social and Technical Contexts Associated to their Building*. Oxford: Archeopress. p. 86-94.

ROCHA, L. (2020b) — Datações absolutas para contextos funerários do Sul de Portugal: algumas reflexões. *Scientia Antiquitatis*. Évora. p. 81-104.

ROCHA, L. (2021) — Anta da Tapada do Castelo (Santo António das Areias, Marvão) no quadro das paisagens megalíticas do Norte Alentejano. Memórias das freguesias de Santo António das Areias e Beirã. Marvão.

ROCHA, L.; FERNANDES, R. (2014) — Some Possible Assessments of the Different Burial Spaces in the Alentejo and Arrábida in Prehistory and Protohistory. *Mobility and Transitions in the Holocene*. Oxford: Archeopress. p. 59-66. (BAR International Series; 2658).

ROCHA, L.; OLIVEIRA, J.; DIAS, C.; MIRÃO, J.; DIAS, L.; MANHITA, L. (2018) — About the Presence of Exotic Materials in Some Funerary Megalithic Monuments in Alentejo (Portugal): The Cases of Cinnabar and Amber. Oxford: Archeopress. p. 83-90. (BAR International Series; 2891).

SANTOS, R.; REBELO, P.; NETO, N.; VIEIRA, A.; REBUJE, J.; SÁ, A. P.; CHÉNEY, A.; RODRIGUES, F.; CARVALHO, A. F. (2014) — Intervenção arqueológica em Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (2008-2010): Resultados preliminares e programa de estudos. In *Colóquio de Arqueologia do Alqueva (2002-2010), 4*, Beja, 2010. Évora: EDIA. p. 74-82. (Memórias d'Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva. 2.ª Série).

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) — *Pré-História da área de Sines. Trabalhos arqueológicos de 1972-1977.* Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

SOARES, A. M. M. (2008) — O monumento megalítico Monte da Velha I (MVI) (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 33-51.

SOARES, A. M.; CABRAL, J. M. P. (1984) — Datas convencionais de radiocarbono para estações arqueológicas portuguesas e a sua calibração: revisão crítica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 2, p. 167-214.

SOARES, A. M.; CABRAL, J. M. P. (1993) — Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. In *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 1, Porto, 1993. Actas. vol. II, p. 219-235. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33: 3-4.

SOARES, J. (2003) — Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as economias do simbólico. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal; Assembleia Distrital de Setúbal.

VALERA, A. C., coord. (2013) — Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja). Lisboa: NIA-Era. (Era Monográfica; 1).

VALERA, A. C., coord. (2014) — Bela Vista 5. Um recinto do final do 3.º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja). Lisboa: NIA-Era. (Era Monográfica; 2).